



SPG 10 – Mobilidades, Trânsitos e Fluxos No Contexto Contemporâneo

Gênero, Migração e Geração: um estudo sobre a Associação de Produtores Agroecológicas Semente do Futuro – Atalanta (SC)

Adilson Tadeu Basquerote Silva

Gênero, Migração e Geração: um estudo sobre a Associação de Produtores Agroecológicas Semente do Futuro – Atalanta (SC)

Adilson Tadeu Basquerote Silva, Mestrando do PPG – MPPT, UDESC, bolsista PROMOP, abasquerote@yahoo.com.br

Resumo

As transformações ocorridas na agricultura familiar nos últimos quarenta anos têm incitado estudos em diferentes perspectivas e em especial na reprodução social, na sucessão da propriedade familiar e nas relações de gênero. Mesmo no contexto da agricultura familiar agroecológica, que vem sendo considerada uma alternativa importante de geração de renda e de fixação das populações no campo, por meio de melhoria das condições de vida e de trabalho, a migração e em especial dos jovens, ainda permanece. É neste contexto que o trabalho objetiva analisar as trajetórias de famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) do município de Atalanta (SC) descrevendo e analisando o processo de circulação dos (as) jovens migrantes buscando identificar os lugares de destino e como se rearticulam as relações familiares e as relações com a Associação. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base na coleta de dados por meio de entrevistas não estruturadas realizadas com homens e mulheres, membros da Associação e com seus(uas) filhos(as) e observação participante procurando identificar quais os fatores internos e externos às propriedades rurais foram decisivos nas escolhas laborais dos jovens migrantes. Os dados indicam que a despeito das alternativas de renda propiciada pela agricultura de base agroecológica, e as relações de gênero mais equilibradas, os jovens continuam a elaborar projetos profissionais fora das áreas agrícolas.

Palavras-chave: Migração; Gênero; Sucessão geracional; Agricultura familiar

Introdução

As relações capitalistas contemporâneas têm determinado transformações significativas na força de trabalho e nas condições de reprodução social da agricultura familiar, transformando o campo em um espaço social cada vez mais complexo. Em consequência, o espaço rural de pequenas dimensões tornou-se pouco atraente aos/as jovens filhos/as de agricultores/as familiares. Este contexto acarreta poucas chances de reprodução social das propriedades agrícolas de caráter familiar e de adesão a essa atividade profissional.

Nesta perspectiva é possível pensar que é crescente a tendência de transferência dos/as agricultores/as jovens para a cidade e de projetos

profissionais que não contemplam a permanência no meio rural e nem na continuidade das atividades desenvolvidas pela família. Para melhor compreender a problemática que envolve a manutenção ou não do sistema agrícola de caráter familiar, torna-se indispensável que se compreenda a estruturação e composição deste segmento agrícola de produção e as relações que nele se estabelecem.

O processo de modernização da agricultura brasileira objetivou transformar a agricultura de insumos tradicionais em uma de insumos modernos. Esse processo, em geral, não considerou a organização, a capacidade e os limites dos ecossistemas locais, a forma de organização e os conhecimentos tradicionais das populações envolvidas. Neste contexto, a agricultura familiar resiste buscando formas de manter a produção, a sucessão geracional e gerar excedente mínimo para a subsistência de seus membros.

A agricultura familiar abrange a maior parcela de famílias ocupadas neste segmento e está presente em todas as regiões brasileiras. Compreende significativo número de estabelecimentos agrícolas e representa importante participação econômica e social nas cadeias produtivas. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), mais de 80% das propriedades rurais do país pertencem as famílias que desenvolvem atividades agrícolas de caráter familiar (SILVESTRO, 2001).

Para Lamarche (1993), agricultura familiar é a idéia de uma identidade entre família e exploração, em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família. Ou seja, para o autor, nas atividades ligadas a terra é que as relações familiares se desenvolvem. Spanevello (2008) afiança que além de alimentos de subsistência, a agricultura familiar também é responsável pela preservação do meio ambiente e pelas relações sociais no campo.

Ampliando a visão desses autores, Gasson e Errington (1993) ao relacionar o estabelecimento, o grupo doméstico e suas peculiaridades definem seis características que consideram essenciais na agricultura familiar:

- 1) A gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos;

- 2) Os proprietários dos empreendimentos estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3) É responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento;
- 4) O trabalho é feito pela família;
- 5) O patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração;
- 6) Os membros da família vivem no estabelecimento.

Na concepção de Costabeber e Caporal (2003) ela é uma unidade de produção, de consumo e de reprodução e funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução.

Segundo Abramovay (2001), apenas nos últimos anos o Brasil tem adotado políticas públicas de interesse social e econômico para a agricultura familiar, estabelecendo mecanismos de acesso ao crédito e a terra. Como consequência, temos o envelhecimento da mão de obra rural e gerado parcelas importantes de pequenas propriedades sem sucessores e sem reprodução social. Ao destacar a questão do rendimento financeiro da agricultura familiar, o autor denuncia que os resultados econômicos obtidos com a produção da agropecuária, na maior parte das vezes, inviabilizam a expansão da agricultura familiar, de modo geral, fragilizada economicamente.

Em relação a sucessão das propriedades agrícolas de caráter familiar , Spanevello (2011, p. 294) pontua que:

A reprodução social é dada pela continuidade das propriedades ao longo das gerações através de um processo intrafamiliar. A reprodução é um processo composto por diferentes fases, sendo a sucessão geracional uma delas. A sucessão é a transferência do controle dos negócios das propriedades aos filhos sucessores ou à próxima geração.

A esse respeito Stropasolas (2011) destaca que o processo sucessório é reconhecido como uma transferência de poder e patrimônio material por meio da propriedade da terra entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, implicando na transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural.

Na concepção de Carneiro (2001), a transmissão do patrimônio está condicionada a articulação de dois fatores essenciais: possuir um sucessor para dar sequência as atividades do estabelecimento por meio da partilha dos bens e um sucessor disposto a permanecer na atividade agrícola. Woortmann (1995) afirma que a transferência dos bens dos pais para os/as filhos/as, em especial a terra, é considerado um dos movimentos básicos da reprodução na agricultura familiar. Só possui direito a ela, alguém com vínculos de parentesco (TEDESCO, 1999).

No entendimento de Brumer (2000), as perspectivas de permanência na atividade agrícola, dependem essencialmente das condições internas familiares, tanto econômicas, como sociais, tais como:

- a) Da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de renda considerada adequada pelos/as futuros/as agricultoras/as, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas;
- b) Da qualificação necessária para integração do/a novo/a agricultor/a num mercado competitivo;
- c) Das oportunidades estratégicas de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família;
- d) Das relações que se estabelecem entre pais e filhos/as, no interior das famílias;
- e) Das relações de gênero, por meio das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças das mesmas;
- f) Da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor/a relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos/as novos/as agricultores/as.

Nesta perspectiva, a reprodução social se constitui em um processo dinâmico, que se dá em meio as transformações, adaptações e mudanças e permanências, condicionadas as ações geradas pelos indivíduos. Neste sentido, Brumer e Weisheimer (2006, p. 24) apontam que na agricultura familiar, a

reprodução da força de trabalho e da unidade de produção se dá pelas estratégias nelas desenvolvidas, sendo que,

[...] suas possibilidades de reprodução estarão condicionadas por um duplo movimento: de um lado, impõe-se o movimento geral do desenvolvimento capitalista na agricultura, que passa a reger cada vez mais as lógicas internas da organização da unidade de produção familiar, imputando a ela as determinações do mercado e da valorização do capital; por outro lado, a agricultura familiar está sujeita a fatores internos específicos da própria unidade produtiva e de sua lógica familiar, cujos condicionantes estão na composição familiar e onde os papéis de gênero e geração revelam os impasses presentes nas estratégias de reprodução social dos agricultores.

Confirmando essa tendência, os estudos de Brumer (2007) apontam que as moças deixam o meio rural em maior número em detrimento aos rapazes, ocorrendo em grande medida, pela desvalorização das atividades femininas no espaço rural e pela invisibilidade de seu trabalho. Corroborando Stropasolas (2007, p. 286) afiança que o campo é mais atrativo para os rapazes, devido a entre outros fatores, a possibilidade de sucessão na atividade. Segundo ele:

A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdaram terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

A perspectiva de análise de gênero em espaços rurais apontam a subordinação e sub-valorização do trabalho feminino em virtude deste ser considerado uma ajuda ao trabalho que pertence ao homem. Assim sendo, posiciona-se a mulher a condição de membro da família não remunerado e com atuação invisibilizada. (PACHECO, 2002; PAULILO, 1987; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Em contexto semelhante, Melo e Di Sabbato (2005) afirmam que o trabalho feminino na agricultura familiar é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família. São de sua responsabilidade o quintal, a horta, os serviços domésticos, ou seja, atividades de reprodução. De forma inversa, para o homem cabe a posição de provedor do estabelecimento.

Quanto à coordenação do trabalho nos estabelecimentos rurais, Moura (1978), Heredia (1979) e, Woortmann e Woortmann (1997), explicitam que o trabalho é coordenado pelo homem, que assume o papel de chefe do processo produtivo. Cabe a ele transmitir no próprio trabalho as dimensões simbólicas e educativas da agricultura familiar. Neste caso, “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis” (IBID., p. 11). “Ele é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho e a família. Esse saber é transmitido à “força do trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como “conhecedores plenos” (IBID., p 13).

Aprofundando as discussões a cerca das relações sociais construídas no meio rural por meio da divisão social do trabalho, Paulilo (1987) ao descrever a organização interna das atividades agrícolas em comunidades do Estado de Santa Catarina e da Paraíba constatou que independente do caráter e esforço despendido, se feito por mulheres, geralmente é considerado “trabalho leve” e possui menor valor de remuneração. Segundo a autora:

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. (IBID., p. 7).

Complementando nesta mesma perspectiva, Sampedro Gallego (1996) ao avaliar as diferenças de subordinação entre os filhos homens e as filhas mulheres em relação às ordens do pai, considera que para os filhos homens é uma situação provisória, pois futuramente eles se tornarão os chefes de família. Ao passo, que para as filhas mulheres, esta será uma condição permanente, a medida solteiras, são consideradas ajudantes do pai e quando casadas tornar-

se-ão ajudantes do marido. Evidenciando assim, a eterna condição de ajudantes familiares e invisíveis do ponto de vista social.

Assim sendo, o/a jovem por meio do trabalho se socializa e se prepara para se tornar um/a agricultor/a independente. Deste modo, por meio do trabalho agrícola, são construídas relações sociais, de gênero e de geração que implicam na imposição de hierarquias sociais, relações de poder e dominação.

Como forma de atenuar os problemas relativos a gênero, migração e sucessão geracional, Pinheiro (2001) defende que as associações de agricultores podem ser um tipo de organização ideal para o fortalecimento dos/as trabalhadores/as e contribuir na diminuição de migração rural-urbana. Porém, nem sempre o associativismo é garantia de sucessão geracional. Fato perceptível na Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF), que não apresenta até o presente, perspectivas concretas de sucessão geracional devido ao fato que os/as filhos/as majoritariamente, fizeram opções laborais fora do meio agrícola.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva analisar as trajetórias de famílias agricultoras da APASF do município de Atalanta (SC) descrevendo e analisando o processo de circulação dos (as) jovens migrantes buscando identificar os lugares de destino e como se re-articulam as relações familiares e as relações com a Associação.

Do contexto de estudo aos procedimentos metodológicos

A Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro situa-se no município de Atalanta, SC, localizado a aproximadamente 200 km de Florianópolis. De colonização alemã e italiana, é um município essencialmente agrícola e sua estrutura fundiária caracteriza-se pela presença de agricultores/as familiares com propriedades que variam entre 10 e 50 hectares.

O extrativismo de madeira representou o primeiro ciclo econômico do município e paralelamente a agricultura de subsistência contribuía para a exploração do solo. O fim da matéria prima para as madeiras coincidiu com a

chegada da Revolução Verde¹ que trouxe a mecanização e os insumos químicos para agricultura. Segundo Apremavi (2014) os primeiros anos de agricultura moderna resultaram em aumento significativo na produtividade, e por outro lado, aceleraram a degradação do solo especialmente através da erosão. Esse conjunto de problemas levou uma parcela de agricultores/as a cessar o desmatamento e adotar técnicas de controle de erosão. No início dos anos de 1990, as primeiras propriedades iniciam a experiência de cultivo agroecológico.

Neste contexto foi criada a APASF, localizada nas comunidades de Alto Dona Luíza e Santo Antônio no município de Atalanta (SC) motivada pelas ações da APREMAVI (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida), que segundo relatos do/as associados/as, exerceu papel essencial na fundação da Associação e em menor escala da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). No ano de 1996 inicia-se a primeira experiência com agroecologia em duas propriedades e no ano de 1999 é fundada a APASF.

Inicialmente os produtores viviam em constantes incertezas, visto a dificuldade de transição do sistema tradicional para o agroecológico. Não havia um sistema articulado de comercialização específico para o setor, bem como técnicas específicas que norteassem as atividades diárias e resolvessem os problemas decorrentes (SILVA 2013). Experienciar práticas de cultivo agroecológico comercialmente representou uma alternativa de produção e renda para os/as agricultores/as em processo de desestímulo produtivo decorrente de safras inexitasas, contaminação do meio ambiente e dos/as membros/as das famílias por defensivos agrícolas sintéticos, intensa transferência de trabalhadores/as para o meio urbano, entre outros.

Em contato com os membros da APASF, Silva (2013) descreve que a Associação se tornou referência na produção de base agroecológica no Alto Vale do Itajaí, SC e para outros/as produtores/as e associações, por apresentar e desenvolver técnicas de cultivos peculiares, integrarem-se a um sistema de

¹ “[...] vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos) aplicados, sobretudo a três culturas importantes (arroz, milho e soja) largamente cultivadas em países em desenvolvimento” (MAZOYER; ROUDART, 1997, p. 454-455).

comercialização bastante competitivo, possuir uma organização interna estruturalmente organizada com marcante presença feminina, contar com uma produção diversificada e permanente, ser referência regional e municipal na produção e difusão do sistema agroecológico.

Outra característica marcante na APASF é a participação feminina. Desde sua fundação, as mulheres estiveram presentes nos cargos de direção da Associação. Participar da Associação proporcionou as mulheres o contato com outras realidades, com outras pessoas e promoveu seu enriquecimento cultural e pessoal (SILVA, 2013).

A trajetória da Associação se constitui em fracassos e sucesso. Famílias entrando no sistema, outras saindo. Atualmente ela é composta por 15 membros sendo oito mulheres e sete homens, distribuídos em sete famílias. Destas, em quatro delas, os filhos migraram ou moram em casa, mas exercem atividades no setor secundário ou terciário, enquanto os pais permanecem sozinhos na atividade agroecológica. Em uma propriedade atuam a mãe viúva e o filho solteiro, em outra, a mãe e a nora e em numa última, o casal e dois filhos homens. Os dados evidenciaram que na totalidade, as filhas mulheres migraram da agricultura. A Associação está integrada a Rede de Certificação Ecovida², que reúne as associações ou grupos de produtores agroecológicos e certifica a produção dentro deste sistema. Além de seus membros, mais duas famílias são parceiras: uma no município de Vitor Meireles e outra no município de Aurora, que produzem cereais e tubérculos comercializados por ela.

A Associação possui em sua estruturada: um carro para transporte de produtos às feiras; recentemente foi concluída a construção na localidade de Santo Antônio, uma unidade de processamento de produtos agroecológicos que recebeu o nome de Cozinha Multifuncional em um terreno doado por um dos membros da Associação. Nela serão feitas a transformação de parte da produção dos associados em geleias e compotas, visando assim, uma maior agregação de valor à produção e seu maior aproveitamento, sem que haja a necessidade de congelamento ou de venda apenas no período produtivo.

² Rede composta de agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia.

Neste espaço empírico é que foi desenvolvida este estudo de natureza qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994) e Alves-Mazotti (1998), é uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características de situações apresentadas pelo investigador, os quais são os principais coletores dos dados. Consiste em um estudo etnográfico cujo pressuposto é identificar os atributos de gênero diante da questão da sucessão geracional e da migração na APASF em Atalanta (SC). Desta forma, o pesquisador investigou o problema em seu ambiente natural considerando a fonte direta dos dados, tais como eles se manifestam nas interações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Os dados coletados no mês de outubro de 2013 foram obtidos recorrendo-se a observação participante e entrevistas semi-estruturadas com membros atuantes desta Associação. Optou-se por utilizar a entrevista³ não estruturada com 10 membros (homens e mulheres) da Associação e cinco filhos/as migrantes, cujos nomes neste trabalho são fictícios visando preservar a identidade dos entrevistados. Os registros da observação visaram descrever e compreender o que estava ocorrendo em determinadas situações.

Posteriormente a obtenção dos dados, os mesmos foram analisados utilizando os procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2011), entendida como uma metodologia de análise de dados de informação de natureza qualitativa que objetiva produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos.

Resultados e discussão

Estudos como os descritos anteriormente ilustram acerca da permanência dos jovens no meio rural e abordam a perspectiva da sucessão geracional das propriedades rurais. Análises dos dados demográficos sobre a população brasileira apontam a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas e em especial de jovens. Entre os fatores que explicam esta transferência de trabalhadores, Singer (1973) sinaliza que existem fatores de atração como a vida urbana com ênfase na possibilidade de trabalho

³ As transcrições das entrevistas foram fieis as falas dos/as entrevistados/as.

assalariado e fatores de repulsão como as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola.

Estudos de Abramovay e Camarano (1998, p. 49) reforçam esta tendência de êxodo rural ao afirmar que este vem ocorrendo em faixas etárias cada vez mais baixas.

Os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos [...]. Ao mesmo tempo, as moças migram mais que os rapazes — fenômeno que atinge nos anos 1990, pela primeira vez, também o Nordeste.

Na mesma perspectiva, os estudos de Castro (2005) apontam para uma perspectiva de um jovem pouco interessado pelo meio rural e atraído pela cidade. Uma constante incerteza entre “sair e ficar no campo”. Estudos anteriores como o de Champagne (1986) já sinalizavam que naquela época os jovens estabeleciam comparativos entre o modo de vida urbano e rural o os condicionava a considerar a agricultura de forma mais negativa do que positiva. Horários regulares de trabalho, ausência de férias, fim de semana livres, condições de trabalho muitas vezes adversas como submissão ao frio, calor, esforço físico, rendimentos baixos e irregulares, entre outros, são apontados pelo autor como condicionantes ao desinteresse de permanência no meio rural. No entanto, os jovens destacavam como positiva a autonomia do agricultor em relação à ausência de um chefe, um patrão.

Em concordância com o exposto acima, o relato de Marcos (25 anos) e Pedro (30 anos) migrantes para a cidade, nos permite concluir que apesar de promover alterações no cotidiano dos jovens migrantes a ideia de que na cidade a vida é mais fácil, menos penosa e mais segura permanece:

(1) Marcos: Eu sempre gostei da roça, de lidar com a terra. Mas a vida no campo não é fácil, tem pegar no pesado, no sol e a gente nunca sabe se vai ter lucro ou não. Depois que nós mudamos pra agroecologia nossa vida mudou pra melhor, meus pais estão felizes. Mas mesmo assim o lucro é pequeno. Na cidade, onde agora estou, a gente sabe que chega ao fim do mês o salário entra na conta. Temos férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego, não dependemos das condições do tempo para ter renda; faça chuva ou faça sol, o dinheiro entra. Cumprimos nossas horas e vamos pra

casa e estamos livres. Na roça, existem muitas coisas pra fazer na propriedade, como tratar dos animais e isso é a semana toda, de domingo a domingo, todos os dias do ano.

(2) *Pedro: Não podemos esquecer que trabalhar na cidade também apresenta coisas ruins. Não temos autonomia produtiva, nosso patrão é quem determina o que, quanto e onde trabalhamos. Na agricultura éramos donos do nosso trabalho e do que produzíamos. A gente decidia tudo, desde o plantio até a venda do produto.*

Contrariando os estudos de Seyferth (1991), Moura (1978) Tavares dos Santos (1978) Carneiro (2001) Champagne (1986) os quais sinalizaram que a sucessão geracional na propriedade deve ser seletiva, a medida que nem todos os/as filhos/as podem permanecer na propriedade devido a escassez de terras cultiváveis. Dentro da APASF por serem desenvolvidas atividades agrícolas de base agroecológicas e conseqüentemente demandam reduzidas extensões de terra, isso não se evidencia, a medida que permitiria que os/as filhos/as se mantivessem na atividade agrícola explorando pequenas parcelas de terra. O relato de João (26 anos) confirma esta tendência:

(3) *João: Eu não fui trabalhar na cidade porque faltava terra pra gente produzir. Nós somos dois filhos e temos terra sobrando na nossa propriedade, pois com agroecologia não plantamos grandes áreas. Não foi por esta razão que abonei a agricultura. Eu queria ganhar meu dinheiro, ter as minhas coisas, minha renda.*

Agora, o dinheiro que eu ganho é meu, compro as minhas coisas, gasto no que eu quero. Até já comprei um carro pra mim. Na roça o dinheiro vai pra família e aí tem que dividir com todos e ainda pagar as contas. E ainda temos que contar com o tempo pra produzir. Pra mim ficou fácil, porque eu trabalho fora, mas moro com minha família. Quando casar, vou morar na cidade, até já estou fazendo uma casa pra mim lá.

No tocante a migração por gênero, a tendência brasileira é de superioridade de transferência de mão de obra feminina para a cidade em detrimento a masculina (BAVARESCO, 2001; BRUMER, 2007; STROPASOLAS, 2007). Estudos feitos por Abramovay e Camarano (1998, p. 49) na região Oeste de Santa Catarina já observavam esta tendência, além de detectar que a migração ocorria cada vez mais cedo.

Em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960 a proporção entre os sexos é praticamente a mesma, para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes.

Em 1991, o número de rapazes na faixa de 15 a 19 anos é superior em 13% ao número de moças e, na faixa de 20 a 24 anos, 12% superior. Mais recentemente, este processo de “masculinização do meio rural” vem atingindo não apenas o meio rural, mas também os pequenos municípios do interior.

Em contexto semelhante, dentro da APASF apenas em uma família, uma moça permaneceu na agricultura a medida de casou-se com um agricultor. No entanto, não adota o sistema agroecológico de cultivo. Porém, contrariando os estudos de Abramovay (1998), Carneiro (2001) Moura (1978), Woortmann (1995) Paulillo (2003) em que as moças migram mais do campo para a cidade em função de não serem contempladas com parte da terra da família por meio da herança, os fatores que motivam o êxodo das moças da APASF são outros. Maria (30 anos) afiança que sua migração não foi ocasionada em função de não ver perspectiva em herdar a terra.

(4) Maria: Eu deixei agricultura porque tinha outros objetivos pra minha vida, não porque não herdaria a terra. Desde pequena via como era difícil a vida dos meus pais. Trabalhavam de sol a sol, depois de vinham da lavoura ainda tinha o leite pra tirar. Eu sempre quis estudar pra ter uma vida diferente do que eles têm. Eu saí da agricultura antes de meus pais tornarem-se produtores agroecológicos. Hoje a vida deles é mais tranquila, os problemas diminuíram. Meus pais até me questionam que logo não poderão mais trabalhar na roça pelo avanço da idade e não tem ninguém pra tocar a propriedade porque meu irmão também foi trabalhar na cidade.

Em relação a influência dos pais na migração dos filhos, entre os entrevistados as opiniões divergiram. Em três entrevistas, os pais afirmaram que incentivaram as filhas moças a estudar como forma de terem mais opções de trabalho assemelhando-se aos estudos de Brumer (2007, p. 40), que afirma que “as moças investem mais na educação do que os rapazes com vistas à preparação para um emprego na cidade”. Na mesma perspectiva Abramovay (2001) constatou que a questão educacional é bastante desigual entre homens e mulheres no meio rural na região Oeste de Santa Catarina: enquanto 74% dos filhos homens têm formação igual ou inferior ao Ensino Fundamental completo e apenas 3% são técnicos agrícolas, de forma inversa, concluíram o Ensino Médio 56% das filhas mulheres. A fala de Ana (59 anos) exprime a influência da família na migração da filha:

- (5) *Ana: Eu e o Mário sempre falamos pra nossa filha estudar pra ter uma vida mais fácil do que a nossa na cidade. Sempre incentivamos ela a escolher uma profissão que fosse na sombra, mais tranquila, sem depender tanto do tempo. Eu sempre disse que mesmo a gente trabalhando junto e decidindo as coisas juntos, aqui na roça a mulher não tem a independência financeira que as mulheres da cidade. Mas já foi muito pior. Hoje ela é engenheira ambiental, tem o seu salário, é dona do seu próprio nariz.*

O exposto acima vai ao encontro dos estudos de Stropasolas (2006, p. 311) quando, ao pesquisar a relação entre trabalho, cidade e educação entre a juventude rural observou que “trabalhar na cidade para ter independência financeira e com isso estudar e até fazer uma faculdade, é o desejo de diversas moças e rapazes que decidem mudar para a cidade”.

De forma oposta, em quatro entrevistas os pais afirmaram não incentivar a transferência de seus filhos para a cidade. Mas apoiavam seus/uas filhos/as a dar sequência nos estudos como forma de ampliar as possibilidades de trabalho no futuro, mas não objetivando a migração dos filhos.

- (6) *Norma: A gente mostrava pros filhos o quanto a agroecologia mudou nossa vida pra melhor. O ganho é bom e foi uma oportunidade pra gente não sair da roça. A vida no interior é mais sossegada e tranqüila e trabalhando no coletivo, os resultados são melhores. Mas também comentava com eles que independente de querer ficar ou não na propriedade, na roça, tinham que estudar para ter conhecimento e se eles decidisse não ficar na agricultura teriam uma profissão conseguiriam emprego e ganhar seu dinheiro.*

No entanto, ao comparar os depoimentos de Norma sobre a renda da família e a média salarial da maioria dos que trabalham nas empresas locais, os valores são superiores. Significa então, que não é a renda o fator que não atrai ou traz de volta a agricultura familiar agroecológica os que do seio familiar migraram. No caso desta família, o filho retornou à propriedade devido à doença da família, tendo a agroecologia um foco de interesse transferido, ou seja, ao inserir-se na atividade dos pais interessou-se pela mesma ao envolver-se com ela.

Os dados anteriores evidenciaram um afrouxamento das fronteiras entre o rural e o urbano, conforme aborda Carneiro (1998), quando afirma que o campo e a cidade estão cada vez mais se integrando e realizando trocas em dimensões consideráveis. Destaca que a mídia tem um impacto importante

nesse estreitamento de fronteiras pela divulgação e redefinição de valores, tornando a noção de ruralidade cada vez mais difícil de ser pensada. Margarete (50 anos) expressa esta tendência ao afirmar:

(7) Margarete: A vida hoje tá mudada. Antigamente a gente tinha a nossa vida na roça e era muito diferente da vida na cidade. Nós comia o que produzia, estudava até a quarta série na escola da comunidade e depois ia trabalhar na roça. As meninas aprendiam a ser dona de casa e trabalhar na propriedade. A gente vestia o que a mãe ou a Oma⁴ costurava. Nosso mundo era o que a gente conseguia ver. Nossos filhos não são assim. Eles estudam aqui no município até o segundo grau (Ensino Médio), tem ônibus que leva e traz. Quem quer fazer faculdade também tem transporte. Eles têm celular, internet, sabem o que tá na moda e querem acompanhar as todas as novidades. A vida mudou muito. Eles querem ser independentes e trabalhar pra si. Ter autonomia para comprar o que querem, viajar, ter férias uma vez por ano.

Além do incentivo ou não a migração dos jovens, os depoimentos propiciaram a compreensão da forma como as mulheres vêem seu contexto de trabalho na agroecologia. O relato de Maria (59 anos) trouxe a baila, a visão que as mulheres têm de suas atividades e a forma como dialogavam com seus/suas filhos/as:

(8) Maria: A gente que é mulher tem sempre muita coisa pra fazer em casa. Mesmo que o marido ajude, ainda é só ajuda. A gente nunca forçou ela a ficar. Nós aconselhava ela que trabalhasse com o que achava que ia gostar. Ela via que com a agroecologia é um pouco mais tranquilo e saudável, e talvez seja a saída pros pequenos proprietários. Nós estamos contentes neste sistema a saúde melhorou, entra dinheiro toda semana com a venda na feira e até a relação entre eu e o José ta mais equilibrada. Mas mesmo assim, ela é que fez sua escolha. Minha filha até estudou na escola agrícola, mas depois que casou foi trabalhar com o marido na cidade, na loja deles.

Em relação a rearticulação das famílias e da APASF no tocante a ausência de jovens para suceder as propriedades, os depoimentos confirmam a tendência apontada por Sacco Dos Anjos e Caldas (2005), ao afirmarem que aquelas localidades onde a concentração populacional é pequena, estão inevitavelmente sujeitas a desertificação social, cultural e econômica. Em contexto semelhante, estudos de Abramovay e Camarano (1999), Magalhães e Cintra (2010), sinalizam que além do envelhecimento o campo passa por significativa queda da taxa de fecundidade.

⁴ Forma como são chamadas as avós em áreas de colonização alemã.

Os depoimentos de Antônio (65 anos), José (70 anos), Alexandre (25 anos) e Dayana (28 anos) trouxeram à baila a forma como os pais e os filhos percebem o envelhecimento das famílias que compõem a APASF e os rumos da mesma:

(9) Antônio: *Meus filhos migraram pra cidade. Eu e minha esposa depois disso passamos a produzir na agroecologia. Eu não podia mais lidar com o trator e estava intoxicado com os agrotóxicos. Achamos que este novo sistema poderia ser uma alternativa de renda sem que a gente tivesse um esforço tão grande. Eu e a Ana estamos velhos e não vamos produzir por muito tempo. A maior parte do nosso terreno, plantamos eucalipto que pode nos garantir uma renda no futuro.*

(10) José: *Se continua deste jeito, a Associação vai acabar porque nós estamos envelhecendo e os jovens não querem mais ficar na roça. É difícil convencer as pessoas de que a agroecologia é uma alternativa para os pequenos agricultores. Os que ficam na roça querem trabalhar com máquinas, veneno, produzir bastante. No final acabam intoxicados, endividados e sem vontade de continuar na roça. O jeito seria achar mais gente para entrar na Associação.*

(11) Alexandre: *Eu sempre gostei de lidar na roça. Acho a agroecologia uma forma de cultivo excelente e que gera renda para os/as agricultores/as que trabalham neste sistema. Via o quanto era melhor pra saúde e pro ambiente não usar veneno. Mas meu tio me ofereceu emprego na empresa dele e eu pensei que poderia pagar as prestações do carro de forma mais tranqüila, então eu aceitei. Em relação a propriedade dos meus pais não acredito que vão conseguir produzir por muito mais tempo, eles já estão velhos e é pouco provável que eu ou a minha irmã voltemos pra trabalhar lá. Parte do terreno eles plantaram eucalipto pra não deixar parado.*

(12) Dayana: *Não queria que a APASF acabasse. Minha mãe é outra pessoa depois que ingressou na Associação. Antes ela era tímida, tinha vergonha, não se achava capaz de tomar decisões. Era muito submissa do meu pai. Agora não. Ela é uma mulher que viaja, que representa a associação em eventos. Até palestra ela já deu. Recebe as pessoas que vem conhecer a propriedade, explica como produzem na agroecologia. Se empenha na produção de suas geleias e se sente importante porque as pessoas reconhecem e valorizam o seu trabalho. Ela e todas as outras mulheres da Associação melhoraram sua autoestima. Eu com certeza não vou continuar a atividade que eles desenvolvem porque casei com um moço da cidade que já tinha um trabalho urbano e não ia largar pra trabalhar na roça. Eu fui estudar mais também em uma área diferente a agrícola.*

O relato de Dayana sobre sua mãe vai ao encontro do que expôs a Tereza (47 anos), ao externar a forma como a agroecologia e a participação na APASF deu visibilidade ao seu trabalho e as demais mulheres e possibilitou que estas participassem de eventos como cursos, dias de campo, recebessem

visitantes em suas propriedades, dividissem suas experiências. Sobre o que mudou em sua vida ser membro da Associação ela relata:

(13) Tereza: Eu antes parecia um “bicho do mato”, não sabia conversar, tinha medo do que as pessoas falavam ou achavam de mim. Não falava em público. Até que um dia a Associação foi escolhida entre muitas outras para representar a agroecologia em um seminário onde tinham pessoas do Brasil inteiro. Ninguém queria ir e eu disse pra Maria, se tu ir comigo eu vou. Era só gente de empresa, engravatado e a maioria homens e nós umas pobre coitada, de unha manchada de terra, de mãos grossas de lidar com as ferramentas. Eu até já tinha ido em palestra, mas sempre eram os homens que falavam. Quando chegou a nossa vez de falar, parece que o meu coração ia sair pela boca. E nós subimos no palco e falamos o que tinha que falar do nosso jeito. Quando terminamos, a plateia nos aplaudiu de pé. Desse dia em diante eu pensei: eu posso, eu sou importante, eu tenho valor.

O cenário descrito anteriormente avaliza as constatações de Siliprandi (2009), quando afirma que a organização e participação das mulheres rurais tem se ampliado, à medida que passam a ser atuantes não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas em nível das propriedades, como: na agroecologia; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações.

Considerando os argumentos dos entrevistados, é possível perceber as intrínsecas relações entre migração, sucessão geracional e as questões de gênero em contextos rurais atuais. Sendo pertinentes estudos ainda mais aprofundados em relação ao cotidiano dos/as agricultores/as familiares e da APASF.

Considerações finais

O estudo pretendeu analisar as trajetórias de famílias agricultoras da APASF do município de Atalanta (SC) descrevendo e analisando o processo de circulação dos (as) jovens migrantes buscando identificar os lugares de destino e como se re-articulam as relações familiares e as relações com a Associação.

Os dados permitiram afirmar que é cada vez mais evidente a saída dos jovens do meio rural, o que tende ao seu esvaziamento e conseqüentemente a

não sucessão das propriedades rurais. Evidenciou-se que não há interesse dos filhos em assumir a atividade produtiva de seus pais devido a uma série de fatores: às dificuldades por que passa o meio rural, ao vislumbamento que o meio urbano proporciona a busca de autonomia financeira, entre outros. Em apenas duas famílias apresenta colaboração de jovens nas atividades laborais na prática agroecológica. Convém destacar que a migração desses jovens ocorreu, na maior parte dos casos, antes da adesão a esse sistema de cultivo.

São condicionantes internos e externos relativos às propriedades que permeiam a crescente proximidade do rural-urbano, do contato dos jovens com diferentes realidades. O resultado, segundo os relatos, é que os pais podem ou não influenciar de forma direta nas decisões de seus/uas filhos/as de migrar para a cidade ou continuar na agricultura tradicional. No entanto, sua própria postura, também em geral, não motivou a sua permanência acarretando assim, num processo de aspiração pessoal por parte dos jovens em detrimento ao coletivismo familiar.

Evidenciou-se que mesmo em um contexto de produção agroecológica em que as possibilidades de renda, qualidade de trabalho e relações de gênero são mais equilibradas, a reprodução social das propriedades a permanência dos jovens no meio rural encontra-se ameaçada.

Conclui-se também que contrariamente aos estudos feitos em outras regiões que sinalizam que migração rural urbana esteve condicionada a não herdar a terra por parte dos jovens e em especial as moças, dentro da APASF este fator não foi destacado nos depoimentos. Além disso, constatou-se e que a migração se relaciona a fatores internos como o desestímulo a produção agrícola de caráter familiar e fatores externos como a elaboração de projetos profissionais urbanos.

Verificou-se que a partir da adoção do sistema produtivo de base agroecológica as mulheres da APASF redefiniram sua posição e sua importância na sociedade através do empoderamento gerado a partir da emancipação e da visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos. Suas conquistas elevaram sua autoestima, diminuíram o preconceito e proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas.

Quanto ao futuro da APASF, o contexto é de incertezas, seja pela média de idade de seus membros que denotam chances reduzidas de novos nascimentos, a dificuldade de sucessão geracional ou pela possibilidade de formação de novas famílias agricultores decorrentes dos membros em razão do êxodo juvenil e, em especial o feminino.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.5, n.1, p.137-157, jan/abr.1998.

_____. (Coord.). **Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar**. Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas Ciências Sociais. In: _____; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. Cap. 4, p. 145-152.

APREMAVI. **Planejando propriedades e paisagens**. 2005. Disponível em: < <http://www.apremavi.org.br/cartilha-planejando/>>. Acesso: 28 jul. 2014.

BAVARESCO, Pedro Antonio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRUMER, Anita et al. Juventude rural e a divisão do trabalho na unidade familiar. In: Congresso Internacional Rural sociologi association (IRSA) 10. 2000. Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

_____; WEISHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: BRASIL MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 189-256.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

CARNEIRO, Maria José. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

_____. **Ruralidade**: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, out., 1998, p. 53-75.

CASTRO, Edna. G. de. O paradoxo 'ficar' e 'sair': caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. **Assentamentos rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/SP, 2005. p. 321-49.

CHAMPAGNE, Patrik. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, n. 3, déc. 1986. p.73-89.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida**: Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE, Censo 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 13 mar. 2014.

LAMARCHE, Hugues. (org.). **Agricultura familiar**: Comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

MAGALHÃES, Marisa V.; CINTRA, Anael P. U. **Dinâmica demográfica do Paraná**: tendências recentes, perspectivas e desafios. Nota técnica, 14, Curitiba: IPARDES, 2010.

MELO, Hildete Pereira; SABATTO, Alberto. Mulheres Rurais - Invisíveis e Mal Remuneradas. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: NEADR, 2005.

MOURA, Margarida Maria de. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança. São Paulo: Hucitec, 1978.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero**: Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002, p. 138-161.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 1-7, 1987. Disponível em: < <http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (Orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.183-210.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

SAMPEDRO GALLEGO, Rosario. Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: LEON, M. A. G. (org.) **El campo, la ciudad: Sociedad rural y cambio social en España**. Madrid: Ministerio da Agricultura, 1996.

SACCO DOS ANJOS, Fábio; CALDAS, Nadia Valleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico 91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p.31-63.

SILVA, Adilson Tadeu Basquerote. A Participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo de caso. In: Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais do feminismo. Florianópolis. **Anais ...**, Florianópolis: UFSC, 2013.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses Sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SPANVELLO, Rosane. Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento rural) – PPG em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

STROPASSOLAS, Valmir. Luíz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-296.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar.2011.

TAVARES DOS SANTOS, José. Vicente. **Colonos do vinho**; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Campinas: Hucitec, 1978.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999.

WOORTMANN. Ellen. **Herdeiros parentes e compadres**: colonos do Sul do Brasil e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

_____; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Editora da UNB, 1997.